

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLTADO AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: experiência do grupo reflexivo de São Paulo

The importance of work aimed at men authors of violence: the experience of the reflective group of São Paulo

Nathália Germiniani Silva Vicentini ^(*)

Resumo

O presente artigo discorre sobre a importância do trabalho com os homens autores de violência contra a mulher previstos na Lei Maria da Penha, abordando a experiência concreta de um dos serviços pioneiros do estado de São Paulo a partir de uma pesquisa e análise de cunho qualitativo.

Palavras-chave: Grupo Reflexivo. Violência de Gênero. Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher. Autores de Violência.

Abstract

This article discusses the importance of working with men who commit violence against women provided for in the Maria da Penha Law, addressing the concrete experience of one of the pioneering services in the state of São Paulo based on a qualitative research and analysis.

Keywords: Reflective Group. Gender Violence. Domestic and Family Violence Against Women. Authors of Violence.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a importância do trabalho com os homens autores de violência contra a mulher previstos na Lei Maria da Penha, abordando a experiência concreta de um dos serviços pioneiros do estado de São Paulo. O trabalho por meio dos grupos reflexivos configura-se como um espaço de responsabilização e atenção aos homens autores desta prática.

A violência de gênero configura-se como um fenômeno complexo e multifacetado, oriunda das assimetrias construídas historicamente entre homens e mulheres, sendo legitimada e perpetuada em nossa sociedade pelas injustiças baseadas no gênero, baseadas nos padrões hegemônicos de feminilidades e masculinidades.

A Lei Maria da Penha prevê mecanismos de enfrentamento a violência contra mulher, sendo um destes a implantação de serviços de responsabilização aos autores de violência, e foi buscando compreender a importância deste mecanismo que essa pesquisa ganhou sentido.

^(*)Graduada em Serviço Social, mestranda e bolsista CAPES no Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho. E-mail: nathaliasilvass@hotmail.com

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, a qual possibilita um conhecimento da realidade em sua totalidade, a compreensão do objeto estudado em sua complexidade por meio de sucessivas aproximações. Possibilitando assim, uma interpretação dinâmica e crítica dos condicionantes da realidade por meio de entrevista com o profissional responsável pelo grupo reflexivo de São Paulo.

Consideramos que um trabalho especializado voltado aos autores de violência doméstica e familiar contra mulher faz-se fundamental para desconstrução de seus determinantes históricos e culturais, e para construção de novos modelos de masculinidades.

2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REALIDADE VIVENCIADA

No decorrer do processo histórico-societário foram, e ainda são, construídos valores, crenças e atitudes que perpassam gerações, de forma a cristalizar ideologias baseadas na desigualdade social, contribuindo para a constituição da violência de gênero, a qual é um fenômeno complexo e multifacetado, resultado de uma construção social e ideológica baseada na delegação de papéis desiguais entre homens e mulheres, que perpetua e legitima a opressão, exploração e desvalorização do sexo feminino, estabelecendo uma relação de dominação e subordinação historicamente determinada.

Em um passado remoto, o homem foi designado a assumir um nível superior em relação aos demais membros da família, sobretudo sobre a mulher, a qual se restringia aos afazeres domésticos e à procriação dos herdeiros. Ao exercer seu poder patriarcal, o homem introduziu, de forma hegemônica, meios de dominação que restringiram a autonomia e liberdade da mulher.

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (BRITO E OLIVEIRA, 1997, p. 252).

Nesta perspectiva, podemos considerar que, desde os primórdios, o patriarcalismo procura justificar seus argumentos com base em ideologias religiosas,

que tanto influenciam no comportamento humano até a contemporaneidade, como podemos notar por meio do pensamento de Santo Ambrósio, citado por Maria Amélia de Almeida Telles e Mônica de Mello (2002, p.31): “Adão foi levado ao pecado por Eva e não Eva por Adão, é justo e certo, então, que a mulher aceite como amo e senhor, aquele que ela encaminhou para o pecado”.

Como se não bastasse a apropriação das leis divinas, até pouco tempo podíamos encontrar vestígios dos ideais patriarcais no Código Civil Brasileiro de 1916 (s.d., s.p.):

Art.233 Cap.II: “O Marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Compete-lhe:

I - a representação legal da família; (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962);

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial.

Conforme descrito, o Código acima deixa explícito o viés patriarcalista e machista presente até o ano 2002, o que reflete um atraso na ultrapassagem destes valores conservadores em meio à categoria de gênero e à incorporação destes, presentes, atualmente, nas relações humanas, mesmo que em lei tenham sido diluídos.

Podemos considerar que, sob a ótica das ciências humanas e sociais, a categoria “gênero” refere-se ao conjunto de características sociais, religiosas, jurídicas, culturais, políticas, psicológicas e econômicas, atribuídas no transcorrer da história às mulheres e aos homens de forma diferenciada, de acordo com o sexo, ou seja, diz respeito aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um do que considera “masculino” ou “feminino”.

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. (SAFFIOTI, 2001, p. 115)

Partindo de aproximações conceituais como esta, podemos explicar a distinção dos papéis do homem e da mulher na sociedade, na família, no espaço de trabalho e, inclusive no que tange à aplicação de normas e leis. Assim, é notório como a questão de

gênero afeta a vida dos indivíduos, dado que estabelece relações de poder, de hierarquização e organização social.

Em meio aos estudos sobre a questão de gênero, é importante considerar ainda a divisão sexual do trabalho no processo produtivo, o qual concretiza e perpetua a diferença de papéis entre homens e mulheres por meio de cargos, funções e remuneração preestabelecidas.

A masculinização e a feminização de tarefas são construídas e associadas às representações sociais do masculino e do feminino, respectivamente. Dessa forma, atividades masculinas lembram atributos como força física, raciocínio lógico, habilidade em comando, entre outras características "masculinas"; assim como atividades femininas lembram atributos como paciência, atenção, destreza ou minúcia, entre outras características "femininas". (STANCKI, 2003, p.3)

Desta forma, estas desigualdades advindas desta cultura milenar machista refletem diretamente no desencadeamento da violência contra as mulheres, fenômeno histórico e social e que atinge um contingente feminino universal, sem qualquer discriminação.

3 O MACHISMO COMO FACE DA QUESTÃO DE GÊNERO

As relações de gênero oriundas do patriarcado correspondem de forma intrínseca às relações de poder, no que tange aos sexos masculino e feminino, o gênero passa a ser o meio pelo qual se articula o poder, em que indivíduos com características biológicas em comum articulam forças e ideais discriminatórios, com base na distinção de sexos como forma de perpetuar um ser dominante.

A formação desses ideais define o que chamamos de machismo, forma pela qual se legitima a superioridade masculina sobre a feminina. Conforme Maria Amélia Azevedo (1985, p.47):

O machismo enquanto ideologia constitui um sistema de crenças e valores elaborado pelo homem com a finalidade de garantir sua própria supremacia através de dois artifícios básicos: afirmar sua superioridade masculina e reforçar a inferioridade correlata da mulher.

Baseando-se nas diferenças físicas, o homem encontrou meios de impor sua vontade nas relações sociais estabelecidas com a mulher, de modo a transpassar uma

visão de mundo sob sua perspectiva, utilizando estratégias que, inicialmente, concentravam-se nos aspectos físico-biológicos.

Mais adiante, fundamentado no pensamento de Santo Tomás, o período renascentista manteve a inferioridade da mulher, por meio da propagação de sua inutilidade funcional e difusão de sua condição passiva na reprodução biológica. Para Maria Amélia Azevedo (1985, p. 52) “É um discurso Funcionalista onde o ser é definido pela função. Ser Mulher é ser a fêmea da espécie: fêmea procriadora, fêmea sedutora. A biologia converteu-se em destino”.

Predestinada à vida reprodutora, a opinião da mulher foi sufocada, assim como sua capacidade psicológica, inutilizável ao homem, em decorrência de sua incapacidade física.

Constatamos também, por meio das contribuições de Pedro Paulo de Oliveira (2004, p. 47), uma forte influência religiosa na formação machista da sociedade, na qual foram sendo interiorizados comportamentos e pensamentos ríspidos aos homens, incentivando-os ao poder e à violência. Como exemplo disso, destacam-se os valores pregados pela Igreja Anglicana no período de 1883, que incitava aos jovens atividades agressivas entre meninos, para que desenvolvessem a bravura e a disciplina como forma de fortalecer verdadeiramente a religião.

Nesta perspectiva, foram-se estabelecendo identidades, tanto para os homens quanto para mulheres, nas quais se viu a necessidade do homem em encontrar meios de reprimir a classe feminina. Maria Amélia de Almeida Teles e Mônica de Melo (2002, p. 30) apontam que:

A garantia da supremacia masculina dependia única e exclusivamente da inferioridade feminina. Daí a exigência de ataques acirrados à condição feminina, impondo forçosamente ideias acerca da incapacidade e incompetência das mulheres. Foram feitos esforços, em todos os níveis, para erradicar quaisquer vestígios da capacidade física, emocional e intelectual do segmento feminino, mesmo que para isso tivessem de empregar o uso da violência e da farsa.

Na medida em que o homem difundiu esse pensamento na sociedade, criou-se a naturalização do machismo e do poder que exerce em relação aos demais indivíduos, perpetuando sua posição de disciplinador.

A cultura machista é um dos agravantes, uma grande influência em atos violentos contra as mulheres. Na maioria, os homens que cometem agressões justificam-

se argumentando que seus atos emergem de sua natureza, que é algo biológico inseparável de si, e que a agressão é apenas um excesso dessa natureza.

Paralelamente a esse contexto, Maria Cecília de Souza Minayo (2005, p.24) afirma:

[...] a prática cultural do “normal masculino” como a posição do “macho social” apresenta suas atitudes e relações violentas como “atos corretivos”. Por isso, em geral, quando acusados, os agressores reconhecem apenas “seus excessos” e não sua função disciplinar da qual se investem em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar.

Geralmente quando narram seus comportamentos violentos, os maridos (ou parceiros) costumam dizer que primeiro buscam “avisar”, “conversar” e depois, se não são obedecidos, “batem”.

Ou seja, os homens remetem a culpa às mulheres, como se elas fossem as responsáveis pelo seu excesso de força física, excedido pela sua própria natureza, como se não tivessem controle sobre seus atos biológicos. Essa concepção, mesmo sem a ocorrência de violência, é predominante nas discussões e debates conjugais, bem como nos setores públicos e privados em que a mulher participa, seja como usuária dos serviços, ou seja, como partícipe do processo de trabalho.

Observamos que a ideologia machista adquire caráter semelhante ao de um projeto de dominação-exploração, e que caminham juntos, uma vez que ambos reprimem classes sociais e, conforme adquirem novos patamares de desenvolvimento, mais se torna cristalizado na sociedade, de modo a ser imperceptível às classes dominadas, as quais, por sua vez, conforme Heleieth I.B. Saffioti (2001, p. 116) “[...] como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens”.

De fato, a condição machista do homem produz efeitos avassaladores no mundo feminino, constituindo sistemas de representações de papéis de modo a controlar as classes, especificamente a mulher.

Conforme Mary Pimentel Drumont (1980, p. 82):

O machismo constitui, portanto, um sistema de representações – dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado, que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. Ao apropriar-se da realidade sexual o machismo em seu efeito de mistificação, supercodifica a representação de uma relação de poder (papéis sexuais, símbolos, imagens, e representações eróticas, instituições sexuais, etc.) produzindo “duas linguagens”: uma masculina e uma feminina.

Em outras palavras, significa que é possível estabelecer uma relação congênere com os dias atuais, na qual a mulher cotidianamente é representada na mídia como sexo frágil, ingênua em relação aos homens, além de induzi-la ao modo correto de se vestir e de se comportar, dessa forma, tornando possível perceber que, por deter o monopólio dos condutos de informação, estes são aliados ao pensamento machista e constitui principal meio da disseminação desta cultura. Diante desta realidade tão concreta em nossa sociedade ainda hoje, buscamos compreender a partir de uma metodologia qualitativa a importância dos serviços de atendimento aos homens autores de violência contra mulher, os quais carregam consigo marcas profundas do machismo e sexismo.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia constitui-se como elemento primordial para a construção de uma pesquisa, além da obtenção de respostas às questões pertinentes ao tema abordado. Isto posto, precisamos destacar que a metodologia científica configura-se como um estudo de métodos e técnicas utilizadas para elaboração e um trabalho científico.

Nesta perspectiva, Gil (2011, p.8) aponta que:

Para que um conhecimento possa ser considerado científico torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

O estudo possui portanto, como abordagem teórico-metodológica a pesquisa qualitativa, a qual possibilita um conhecimento da realidade em sua totalidade, a compreensão do objeto estudado em sua complexidade por meio de sucessivas aproximações. A pesquisa de campo foi realizada por meio da abordagem qualitativa, a qual possibilita uma interpretação dinâmica e crítica dos condicionantes da realidade. Conforme Maria Cecília de Souza Minayo (2001, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (2001, p.22)

Nessa perspectiva, essa modalidade possibilita a obtenção de elementos qualitativos a respeito do Grupo Reflexivo de São Paulo. Para a obtenção destas informações, optou-se por um instrumento que propiciasse uma maior interação entre pesquisador e sujeito da pesquisa: a entrevista. Trata-se de uma das técnicas mais frequentes em pesquisas na área de ciências sociais, podendo ser caracterizada como uma:

[...] técnica em que o investigador apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2011, p. 109)

Desta forma, utilizou-se a entrevista estruturada composta por questões abertas e dirigidas, com o intuito de uma análise qualitativa, direcionadas ao profissional responsável pelo trabalho com os homens autores de violência doméstica e familiar contra mulher, um dos serviços pioneiros do estado de São Paulo.

5 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLTADO AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA, À LUZ DA EXPERIÊNCIA CONCRETA DO GRUPO REFLEXIVO DE SÃO PAULO

O trabalho voltado aos autores de violência contra a mulher sempre foi necessário, tendo em vista que a violência de gênero trata-se de uma demanda histórica e geracional como destacado nos capítulos anteriores, no entanto só veio a ser discutido nos Estados Unidos e no Canadá a partir da década de 80. Nesta mesma década, surgiram outros serviços com Homens Autores de Violência (HAV) em diversos países do norte da Europa e Austrália.

[...] posteriormente por toda a Europa, que possuía em 2007, em torno de 170 programas distribuídos em 19 países (Alemanha, Bélgica, Áustria, Croácia, Espanha, Dinamarca, França, Portugal, Inglaterra, Noruega, dentre outros). A América Latina, por sua vez, recebeu a influência desses programas somente nos anos 90, sendo o México o primeiro país a implementar um programa desse tipo. (SCOTT, 2018, p.51)

No Brasil, as primeiras iniciativas ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Inicialmente, conforme o documento elaborado pelo Instituto de Estudos da Religião (2012, s.p.), foram criados grupos com homens autores de violência contra a

mulher a partir de 1990, que desencadeou, posteriormente, a formação de outros projetos sob essa ótica. Dentre estes, pode-se ressaltar que no Estado de São Paulo, na cidade de Santo André (1998 e 2001) foi onde ocorreram os primórdios dos grupos reflexivos com os homens e discussões públicas sobre as questões de gênero e necessidade de ações voltadas para este público, para que houvesse uma responsabilização e mudança de paradigmas masculinos. Esta iniciativa recebia:

[...] apoio da Fundação McArthur e da IWHC – International Women’s Helth Coalition, e coordenado pelo filósofo Sérgio Flávio Barbosa, o trabalho ocorreu junto a homens no sistema prisional, em comunidades na periferia e em igrejas. Este trabalho tinha como proposta discutir o lugar do homem na sociedade, a construção dos papéis de gênero, a violência em geral e contra as mulheres. (ANDRADE E BARBOSA, 2008,p.4)

Após esse período, os grupos reflexivos passaram a ser desenvolvidos por meio do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em São Caetano do Sul (SP) desde o final de 2006. Segundo Juliano Beck Scott (2018, p. 57) há em torno de 25 programas voltados aos autores de violência doméstica e familiar contra mulher em diferentes estados do Brasil, sobretudo em São Paulo (seis programas) e Rio de Janeiro (três programas).

De acordo com Leandro Andrade e Sérgio Barbosa (2008,p.4), coordenadores e facilitadores do grupo reflexivo no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, há trabalhos realizados em diferentes contextos, classes sociais e com equipes de diferentes áreas de formação, com homens autores de : “violência intrafamiliar e de gênero; profissionais da área da saúde; educadores sociais de rua; clínicas particulares; pais adolescentes; terapeutas de família; agentes sociais de comunidades de baixa renda (favelas); homens adolescentes, jovens, adultos e de terceira idade.”

A Lei Maria da Penha (11.340/06.) em seu Art. 35 prevê a criação e promoção de diversos serviços de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, os quais são essenciais para superação desta demanda, a saber:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:
I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar; e,

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Neste sentido, é importante compreendermos a relevância da promoção de um dos centros de educação e de reabilitação para os agressores, os quais são essenciais para a reflexão acerca da questão e violência de gênero, com intuito de provocar reflexão e construção de novas masculinidades.

Para tanto, faz-se importante apresentar parte de uma pesquisa sobre o trabalho voltado aos autores de violência contra mulher, a partir de uma experiência concreta realizada na cidade de São Paulo, a qual se configura como pioneira no estado e se constitui como subsídio para implantação de muitos serviços voltados a este público-alvo.

A pesquisa de campo trouxe as considerações do profissional responsável pelo trabalho, filósofo e pesquisador da temática desde 1996, o qual verbalizou ter participado de diversos trabalhos relacionados a violência de gênero, primeiramente relacionado com as mulheres, as profissionais de sexo, as transexuais, as travestis e somente depois com os homens. A entrevista realizada com o profissional possibilitou a compreensão da importância da existência deste tipo de trabalho com os homens.

Dentre as questões, destaca-se aquelas sobre a necessidade de implantar um grupo reflexivo com os homens em São Paulo; os profissionais que fazem parte da equipe; o que possibilitou o grupo reflexivo ganhar visibilidade em São Paulo – SP; sobre como ocorre a inclusão desses homens no grupo e o perfil dos homens que chegam ao grupo e/ou características comuns entre eles; os resultados esperados com o trabalho; a metodologia aplicada; os maiores desafios que podem ser identificados; o por que faz-se necessário um trabalho social voltado a esses homens; sobre a superação da violência e porcentagem de residência; existência ou não de trabalhos como este nos demais estados além de São Paulo; se há resistência quanto à importância deste serviço; bem como as principais mudanças observadas na vida do homem após a sua passagem pelo grupo.

De acordo com o pesquisador entrevistado o grupo reflexivo surgiu:

[...] a partir de uma pesquisa, de um levantamento que constatou que só medidas judiciais não estavam alterando o comportamento desses homens, então que se fazia necessário passar ou antes ou depois das medidas de encarceramento, por uma ação educativa e já que nós trabalhávamos antes a Lei Maria da Penha, já éramos sabedores dessa realidade, então a primeira coisa que fizemos foi realmente colocar como uma das ações, entendendo que é crime agredir mulher, mas também uma possibilidade de educar esses homens.

Atualmente, de acordo com ele “a equipe é composta atualmente por três profissionais, são eles filósofo/sociólogo (um) e depois dois psicólogos, mas já tivemos assistentes sociais, já tivemos do Direito e da antropologia”. Compondo assim uma equipe multidisciplinar capacitada e preocupada com a importância da articulação de saberes extremamente necessária para problematizar e refletir criticamente acerca das questões de gênero e masculinidades.

No que tange à questão da visibilidade, o profissional aponta que: “O grupo passou a ter visibilidade porque foi uma iniciativa pioneira de agir na raiz da problemática, então atuando com aquele homem que agride a companheira nós estaríamos desconstruindo as razões que o levaram a agredir a mulher.”

Observando isto, constatamos um paralelo com os nossos estudos realizados até aqui, o qual fomenta que estas iniciativas tendem a contribuir com a superação da violência contra mulher, pois objetivam a desconstrução da raiz deste problema, do machismo, do sexismo e das masculinidades tóxicas.

A fim de conhecer um pouco mais sobre este homem que agride, como salientado pelo profissional, o questionamos a respeito da forma de inclusão desses homens aos grupos reflexivos e qual perfil e/ ou características comuns entre os autores de violência que chegam ao grupo. No que tange a inclusão o profissional destaca que:

A princípio todos podem participar, as únicas exceções é se ele já foi encaminhado uma vez, tentativa de homicídio está fora também, violência sexual, estupro também não atendemos e abuso sexual também não atendemos, porque é outro tipo de violência que merece uma outra ação e a gente ainda não tem esse modelo de ação [...] Nós não temos essa metodologia ainda.

Diante disto, ele revela que os homens atendidos pelo grupo possuem um perfil que “basicamente é definido pela baixa flexibilidade, pela resistência a mudanças sociais e principalmente por uma forte base machista o que atravessa esses homens é justamente a manutenção de um poder hegemônico sobre as mulheres”. Como dizia Beauvoir (1967, p.21):

[...] na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem encoraja-o a por-se para si. Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, despreza as meninas. Subindo nas árvores, brigando com colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele apreende seu corpo com

um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta; orgulha-se de seus músculos como de seu sexo; através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; ao mesmo tempo conhece as lições severas da violência; aprende a receber pancada, a desdenhar a dor, a recusar as lágrimas [...]

Diante desta realidade o profissional destaca que espera com o trabalho justamente o contrário dessa masculinidade hegemônica, “[...] que eles possam resolver os seus conflitos de uma forma dialogada, onde haja equidade e principalmente incorporem um novo repertório nas suas decisões”. Visando este objetivo utiliza como metodologia os grupos reflexivos como ele salienta “Nós atuamos a partir de uma questão de gênero onde o instrumento de ação é o grupo reflexivo que atua na desconstrução de princípios e onde há uma interação entre os participantes dos grupos.

Podemos acrescentar que os grupos vêm refletindo de forma positiva para a transformação da realidade exposta pelo profissional na citação acima. Afirmamos isto com base no questionamento sobre a porcentagem de reincidência e superação da violência evidenciando as mudanças na vida dos homens após a passagem pelo grupo, o qual informa que: “A reincidência está em 7,9% antes era de 80%”.

Desta forma, faz-se importante destacarmos que 80% dos autores da violência contra mulher reincidiam à prática antes da existência e participação no grupo reflexivo; em contrapartida, após o sucesso dessa iniciativa, 72,1% não reincidem – dados que comprovam a extrema necessidade e importância da existência de serviços de atenção aos autores de violência. Além disto, são notáveis as mudanças na vida desses homens após a passagem pelo grupo, como revela o profissional:

P5: “Bom, após a passagem desses homens no grupo, eles começam a ser mais questionadores de si mesmos, eles começam a observar suas próprias atitudes, teve um homem que já no terceiro encontro falou que levou uma fechada no trânsito e se fosse semanas antes do grupo ele saía do carro para bater na pessoa e essa pessoa no volante era uma mulher, aí que ele ia bater com gosto mesmo, então ele lembrou do grupo deixou aquilo passar e ele se sentiu melhor, não agredindo aquela pessoa no volante, no caso que era uma mulher e ele se sentiu melhor não agredindo, então só isso já é um ganho, um outro homem também deu um relato muito importante, na questão da paternidade, ele tinha muita dificuldade de negociar com a ex-companheira a companhia dos filhos, e em um certo momento ele começou a ser mais responsável e participar mais da educação dos filhos e isso diminuiu a tensão dele com a ex-companheira ao ponto que a ex-companheira até convidou ele a voltar ao relacionamento, e aí ele falou que não quer ou pelo menos naquele momento não queria, queria só desenvolver o lado paterno, ele não queria desenvolver o lado marido, então ele pediu para não ter mais o retorno do relacionamento.”

Diante da citação acima, torna-se evidente que os serviços voltados a esse público-alvo possibilitam a desconstrução e/ou diminuição significativa na desigualdade de gênero enraizada em nossa sociedade, a qual perpetua relações de poder, discriminação e, sobretudo, o machismo; tanto no espaço público quanto no privado. Os grupos reflexivos permitem a reflexão dos homens entre si, sobre as relações sociais em seus comportamentos cotidianos, sendo sujeitos ativos no processo de produção e reprodução de novos modelos de masculinidade e na construção de uma sociedade que predomine convivências pacíficas sem ideologias de gênero estabelecidas historicamente.

Contudo, apesar destas iniciativas e resultados demonstrarem grandes avanços no enfrentamento da violência contra mulher, ainda temos resistência quanto a propostas como estas, como salienta o profissional 5: “[...] Há uma resistência que é baseada na desconfiança por parte do poder público, por parte de alguns movimentos de mulheres ou movimentos feministas, e por parte até mesmo dos homens que não acreditam por si politicamente na questão da violência.”

Diante disto, entendemos que esta resistência é resultante de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e outros de nossa sociedade capitalista. E, dentre os principais elementos que contribuem para este fato, destacamos a influência da sociedade punitiva em que vivemos; a falta de conhecimento acerca da questão de gênero; baixa e restrita publicização da Lei Maria da Penha; de políticas preventivas à violência de gênero; sensacionalismo midiático entorno da temática; descrença do poder público e da sociedade civil nos trabalhos e serviços de cunhos reflexivo e educativo voltados aos homens autores de violência contra mulher; dentre outros.

Logo, consideramos necessário que os trabalhos voltados aos homens autores de violência mantenham a resiliência, o entusiasmo, buscando a implantação de seus serviços sempre como um serviço público, mantendo a luta constante pela efetivação de políticas públicas com vistas a uma sociedade democrática, na garantia da igualdade de gênero em consonância com o enfrentamento da violência contra mulher, visto que acreditamos que esse trabalho diminui consideravelmente os danos causados por essa problemática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a violência de gênero se configura como um fenômeno complexo e multifacetado, resultado de uma construção social e ideológica baseada na delegação de papéis desiguais entre homens e mulheres, que perpetua e legitima a opressão, exploração e desvalorização do sexo feminino, estabelecendo uma relação de dominação e subordinação historicamente determinada.

Desconstruir as raízes dessa problemática não se constitui em uma tarefa fácil, porém, sua desconstrução é possível a partir de práticas cotidianas contra o machismo e o sexismo nos diferentes espaços, família, escola, igreja e demais setores da sociedade. A não naturalização de práticas que expressam as injustiças de gênero já se configura uma possibilidade de transformação.

Há diferentes feminilidades e masculinidades, a imposição de estereótipos sobre os corpos configura-se como uma violência desde a infância, o “ser macho” baseado em uma masculinidade hegemônica e tóxica incentiva a violência, sobretudo contra as mulheres, que são consideradas como sexo frágil, submisso e inferior. É preciso desconstruir padrão único de feminino e masculino, possibilitar caminhos para o conhecimento e construção de novas formas de feminilidades e masculinidades.

Diante dos grupos reflexivos compreendemos que é possível que homens autores de violência contra mulher ressignifiquem conceitos e compreendam sobre seus atos de violência, e o quanto suas atitudes estão ligadas a um sistema arcaico de desigualdades que foi sendo construído e naturalizado ao longo do tempo.

Um espaço que permite com que compreendam que é possível ser homem e ser um indivíduo não violento, que podem expressar sim seus sentimentos, que não precisam ser os “provedores”, que não há nada de errado se receberem um salário inferior ao de sua companheira, que não são “donos” de ninguém, que devem e podem compartilhar deveres domésticos e que tudo isso não fará com que deixem de “ser homens”.

O machismo foi construído e pode ser desconstruído, mulheres são violentadas cotidianamente e homens cada vez mais se suicidam em razão de diferentes manifestações e expressões de uma sociedade capitalista e opressora, que naturaliza e propaga valores e princípios machistas baseados nas assimetrias nas relações entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens.

Logo, os serviços de responsabilização aos homens autores de violência se configura como mais uma possibilidade significativa de transformação e de uma busca pela equidade de gênero, por uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leandro F.; BARBOSA, Sérgio F. A Lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo.

Comunicação apresentada no **Encontro Fazendo Gênero 8** – Corpo, Violência e Poder.

Florianópolis, agosto, 2008.

BRASIL, Jus. **Lei Maria da Penha** - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>

Acesso em: 12 abr. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 12 mar.

2015

BRITO, J.; OLIVEIRA, O. Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade nos Espaços de

Trabalho. In: FILHO, F.S e JARDIM S. (Org.). **A Danação do Trabalho**. Te Corá. Rio de

Janeiro. 1997.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 3: 81-85, 1980. Disponível

em:<<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010-2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência.

Dangerous liaisons between machismo and violence. **Ciência e saúde coletiva**10(1):18 – 34,

2005. Disponível em:<<http://www.scielo.org/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2015.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2.ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1970.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext> Acesso em: 23 fev. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004-2011.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analysis**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em: 16 abr. 2015.

STANCKI, Nanci. **Divisão Sexual do Trabalho**: a Sua Constante Reprodução. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf> Acesso em: 2 mai. 2015.

(Recebido em novembro de 2020; aceito em dezembro de 2020).